

A análise econômica e o Plano de Revitalização como instrumentos de gestão da Floresta Nacional Mário Xavier

Caio Peixoto Chain – Graduando em Ciências Econômicas, bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – caiochain@hotmail.com

Jorge Luiz dos Santos Júnior – Mestre, professor do Departamento de História e Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – jjuniorsan@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho avaliou as condições econômicas da Floresta Nacional Mário Xavier, a partir da análise de seu histórico orçamentário e financeiro e suas operações e despesas. A partir dessa análise, comparou-se a atual situação financeira com a situação ideal de funcionamento representada pelo Plano de Revitalização. Isso permite traçar estratégias a fim de alocar recursos financeiros adequadamente e se possível, desenvolver potenciais que servirão como novas formas de captação de renda para essa instituição.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação. Análise econômica. Gestão sócio-ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Localizada no município de Seropédica, a Floresta Nacional Mário Xavier (Flona Mário Xavier), inicialmente denominada de Horto Florestal de Santa Cruz foi criada em consequência do Decreto - Lei nº 9.015, de 16.03.42 e inaugurada solenemente, com a presença de várias autoridades do país, em 15 de setembro de 1945. A partir de 29 de setembro de 1970, passou à denominação de Estação Florestal de Experimentação Mário Xavier – EFLEX, abrangendo uma área de aproximadamente 500 ha, ficando vinculada ao Departamento de Economia Florestal do IBDF, em Brasília - DF. Atualmente, criada e regulamentada pelo Decreto nº 93.369 de 08 de outubro de 1986.

Esse artigo tem como objetivo explicitar a análise econômica dessa unidade de conservação (UC), explorando as possibilidades para que ela se mantenha saudável financeiramente.

Tal condição permitirá que a Flona fortaleça a sua importância no cenário técnico e científico, na educação ambiental regional, na produção e distribuição de mudas e sementes, através de suas áreas com floresta nativa ou reflorestada com o plantio de essências diversas. Fortalecerá, também, a considerável relevância na conservação de espécies animais e vegetais, onde ainda vicejam exemplares do Bioma Mata Atlântica, além do lazer que proporciona aos visitantes.

Devido ao fato dos recursos financeiros serem finitos, esse artigo é de grande importância para a ordenação das prioridades operacionais e de investimentos visando-se obter um quadro claro das aplicações financeiras a serem realizadas e de novas atividades que possam vir a manter a sustentabilidade da UC.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A evolução dos meios de comunicação e de transporte assim como os avanços tecnológicos introduzidos na produção industrial e o grande volume de relações comerciais em escala global que existem hoje criaram um fenômeno conhecido como globalização. Dentre os pontos centrais que se configuram nesse atual cenário, ou que dele resultam, a questão ambiental é, sem dúvida, um dos grandes temas deste início de século (QUEIROZ; SILVA, 2004).

De acordo com Pimm e outros (2004), a conservação ambiental é justificável socialmente pelo fato de beneficiar diretamente os seres humanos em termos de bens (madeira, frutos, plantas) e serviços (contemplação, lazer) assim como os benefícios ambientais indiretamente gerados (manutenção da qualidade do ar, da água). No entanto essa conservação está de acordo com a idéia fundamental de que existem sim limites ao crescimento, e esses limites são fundamentalmente causados pela exploração do homem sobre a natureza.

A implantação do modelo de Unidades de Conservação da Natureza é proveniente dessa preocupação com o ambiente. Tal iniciativa caminhou no sentido de promover a sustentabilidade ambiental, tendo como fim maior manter estoques de recursos naturais para as gerações presentes e futuras e paisagens especiais que, possivelmente, não poderiam ser vistas no futuro próximo caso os crescentes níveis de degradação ambiental se mantivessem (MILLER, 1997).

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) constatou que atualmente existem no mundo 9.766 unidades de conservação, abrangendo aproximadamente 870 milhões de hectares, distribuídas em 149 países.

De fundamental importância para entendermos a estrutura do objeto de estudo é a Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000) que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Assim dispõe seu art. 7, art. 14 e art. 17:

Art. 7. As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1o A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3o A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4o A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5o A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6o A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Até a chegada da lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o Brasil não dispunha de instrumentos legais que criassem as unidades de conservação. Kelecom e Bernardo (2004) ressaltam ainda que o projeto de lei que deu origem à lei do SNUC tramitou por 8 (oito) anos no Congresso Nacional, apesar do anteprojeto ter sido encomendado em 1988. Além de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC's, a lei tem vários objetivos, dentre eles contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais e promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais.

Embora legalmente criada, a Floresta Nacional Mário Xavier carece de instrumentos que proporcionem meios eficazes de gestão e manejo de recursos naturais (PALADINO DeLIMA; SANTOS, 1998).

Com os dados coletados e analisados no decorrer da pesquisa, pode-se concordar com Kelecom e Bernardo (2004) no que tange aos grandes problemas enfrentados pelos gestores das UC's como a falta de verba para exercer a fiscalização, em áreas geralmente enormes, e fazer a manutenção dos equipamentos e da própria UC. A lei do SNUC não resolve esse problema, mas, pelo menos, traz subsídios de captação de recursos financeiros, que podem melhorar a tão escassa verba destinada às áreas protegidas no Brasil.

Contudo, é provável que exista mais de dois milhões de espécies distintas de plantas, animais e microrganismos no território sob a jurisdição brasileira, uma diversidade genética inestimável. Produtos oriundos da biodiversidade brasileira respondem por mais de 30% das exportações do país, especialmente café, soja e laranja. As atividades de extrativismo florestal e pesqueiro empregam mais de três milhões de pessoas. A biomassa vegetal, mediante o álcool da cana-de-açúcar, lenha e carvão derivados de florestas, nativas e plantadas, respondem por 17% da matriz energética nacional (MMA apud NOGUEIRA; SALGADO; NASCIMENTO JUNIOR, 2005).

Assim Considerando, esses números significantes inserem a questão de como isso se reflete em ganhos financeiros e / ou econômicos, efetivos ou potenciais. Deve-se ressaltar que essas contribuições efetivas ou em potencial justificam a importante decisão de conservar a biodiversidade no presente (BALMFORD et al. apud NOGUEIRA; SALGADO; NASCIMENTO JUNIOR, 2005).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento do método utilizado para atingir os objetivos do presente trabalho se deu inicialmente com uma visita técnica a Flona, onde foi feito o levantamento da localização geográfica da área de estudos e sua caracterização física.

Posteriormente, procedeu-se a um levantamento das dotações orçamentárias e financeiras, das despesas e receitas dos últimos cinco anos da Floresta Nacional Mario Xavier, período em que esteve subordinada a duas unidades gestoras; sendo a Floresta Nacional de Ipanema - SP, até 2004 e o Parque Nacional do Itatiaia (PN do Itatiaia) - RJ a partir de 2005, ambas pertencentes ao Ibama.

Dando continuidade, as informações foram analisadas, por ano, por série histórica e por elementos de despesa constantes no SIAFI (Sistema de Administração Financeira - Governo Federal).

A última etapa foi concluída com o processamento e análise das informações obtidas a fim de explicitar as prioridades operacionais, os investimentos e as maiores despesas correntes. Também foram analisadas as atividades a serem implementadas e as prioridades não efetivadas além das devidas estratégias para contornar esse fato.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS

3.1.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localizada no Estado do Rio de Janeiro, A Floresta Nacional Mário Xavier está inserida dentro dos limites territoriais do município de Seropédica, na interseção da rodovia Presidente Dutra (BR-116) com a antiga Rio-São Paulo (BR-465), encerrando área compreendida pelos paralelos 22° 42' e 22° 45' de latitude Sul e pelos meridianos 43° 41' e 43° 44' de longitude a oeste de Greenwich, abrangendo uma extensão territorial de 493 ha, área de domínio do Bioma Mata Atlântica.

3.1.2. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

A Flona possui quatro portões de acesso. No entanto apenas um, localizado próximo ao km 50 da BR-465, serve, atualmente, como acesso principal a Floresta Nacional uma vez que os outros portões, dois as margens da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), no sentido São Paulo – Rio de Janeiro e outro as margens da antiga Rio-São Paulo (BR 465), no sentido Rio de Janeiro – São Paulo encontram-se cerrados, objetivando melhor controle de acesso ao interior da unidade.

Em relação à área construída, a Flona Mário Xavier possui uma área edificada de 3.590,4 m² compreendendo o edifício sede, almoxarifado, caixa d'água com capacidade para 50.000 litros, câmara fria, setor de beneficiamento de sementes, carpintaria, oficinas, garagens, galpão de manipulação de mudas, ripado para berçário de mudas.

Convém comentar o acréscimo de 2.316,2 m² referentes aos próprios nacionais residenciais (casas funcionais), que não devem ser acrescidos à área total de edificações da Flona uma vez que muitos apresentam-se altamente degradados ou totalmente demolidos.

A frota de veículos da UC é composta por: 01 (um) GM Corsa Hatch, ano 2003, 01 (um) Toyota Bandeirante, ano 1991, 01 (um) Fiat Elba, ano 1986, 01 (um) VW Fusca, ano 1985 e 01 (uma) Moto Honda 125 cc, ano 1982, além de 01 (um) trator Massey-Fergusson e 01 (um) trator CBT.

A Flona conta com os seguintes Recursos Humanos: 08 (oito) analistas ambientais, 01 (um) analista administrativo, 05 (cinco) técnicos administrativos, 01 (um) auxiliar administrativo e 02 (dois) técnicos ambientais.

3.2. ANÁLISE DAS DOTACÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

3.2.1. ANÁLISE DAS DESPESAS CORRENTES ANUAIS

Foram levantadas e calculadas, a partir de planilhas anuais totalizadoras, as despesas com combustíveis, água, energia elétrica e telefonia, no período compreendido entre os anos de 2002 a 2006.

3.2.2. ANÁLISE DOS RECURSOS FINANCEIROS, POR ELEMENTO DE DESPESA

Obteve-se com a chefia da Flona os mapas trimestrais relativos às liberações previstas no Poa (Plano Operacional Anual), durante o período compreendido entre de 2002 a 2006, por elemento de despesa, relacionados às atividades inerentes a unidade sob ótica dos recursos liberados, executados e seus respectivos saldos.

3.3. COMPARAÇÃO ENTRE OS RECURSOS FINANCEIROS EXECUTADOS COM O PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA FLONA MÁRIO XAVIER

Através do Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier, elaborado em 2006 e obtido junto ao Ibama é possível vislumbrar qual seria situação ideal (em termos de atividades e respectivos recursos financeiros) que viabilizaria uma melhor gestão da Flona. Com as devidas comparações feitas, também foi possível explicitar o grande déficit anual pelo qual essa UC está submetida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. ORIGEM DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DA FLONA MÁRIO XAVIER

A sustentação financeira das unidades de conservação ambientais é proveniente do Governo Federal do Brasil. O recurso governamental é repassado para as seguintes entidades, mostradas na figura nº 01, a seguir.

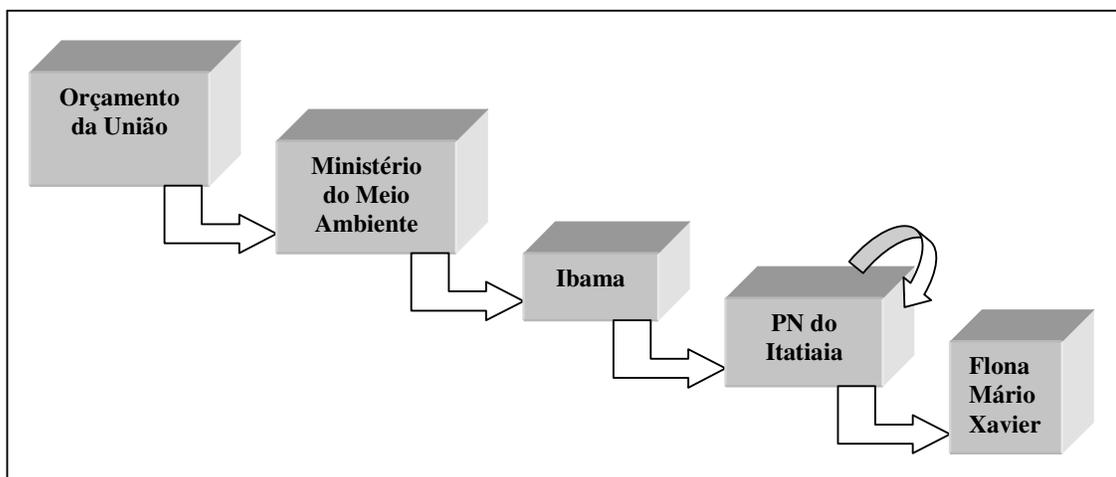


Figura nº 01 – Fluxograma atual de distribuição de recursos orçamentários da Flona Mário Xavier.

Como unidade gestora, o Parque Nacional do Itatiaia executa todas as despesas das seguintes unidades de conservação descentralizadas; Parque Nacional da Serra da Bocaina, Estação Ecológica Tamoios, Área de Proteção Ambiental Cairuçu, inclusive a Floresta Nacional Mário Xavier, além de executar suas próprias despesas.

4.2. CARACTERIZAÇÃO E DETALHAMENTO DA SÉRIE HISTÓRICA DOS RECURSOS FINANCEIROS DA FLONA MÁRIO XAVIER

Existem duas modalidades básicas custeadas para Flona Mário Xavier, a primeira destinada a cobrir as despesas com atividades denominadas “meio” (despesas correntes) e a segunda modalidade destinada às atividades denominadas “fim” (investimentos e manejo de recursos naturais renováveis).

Dentre as atividades “meio”, custeadas pela UG, estão os gastos com água, luz, telefone e combustível. Outras atividades “meio”, também custeadas pela unidade gestora são as despesas efetuadas com manutenção de veículos e equipamentos agrícolas, óleos e lubrificantes, pneus, materiais de expediente, de higiene e limpeza que não foram analisados neste trabalho pela inconstância de ocorrência ou por falta de informações suficientes para uma análise de suas séries históricas.

O gráfico abaixo permite uma análise das principais despesas anuais, durante o período de estudos.

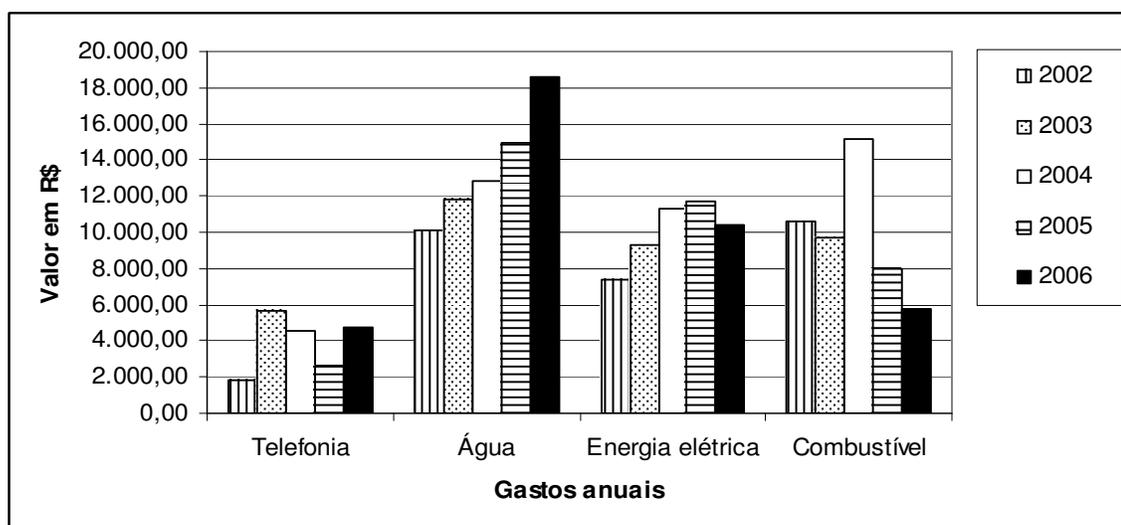


Gráfico nº 01 – Demonstrativo do consumo com telefonia, água, energia elétrica e combustível durante o período compreendido entre os anos de 2002 a 2006.

Fonte: Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier, 2007.

A série histórica relativa a despesas com telefonia não foi analisada profundamente neste trabalho devido à inconstância na tendência, sendo apenas explicitadas no gráfico acima.

O fato dos gastos com consumo de água se mostrarem crescentes, não significa aumento de atividades, pois as atividades que demandam água, como o beneficiamento de sementes e produção de mudas foram paralisadas antes desse período. O aumento dessa despesa está relacionado com recadastramento de próprios nacionais (edificações pertencentes a Flona) e ao aumento tarifário.

Já os gastos referentes ao consumo de energia seguem a mesma análise do consumo de água, ou seja, as instalações consumidoras de energia são as mesmas para o período avaliado, devendo a tendência de aumento ser creditado, principalmente ao aumento das tarifas.

Uma ligeira queda no consumo de energia elétrica pode ser observada no ano de 2006, caracterizada pelo furto de fios e lâmpadas de diversos setores de UC.

Com relação ao consumo de combustíveis, pode-se notar a tendência de queda, fato esse relacionado à diminuição da frota de veículos e de máquinas agrícolas (tratores) paradas por falta de recursos para manutenção. Exceção é feita no ano de 2004, período caracterizado por um aumento no número de viagens de trabalho e pelo apoio operacional ao Cetas (Centro de Triagem e Recuperação de Animais Silvestres), do Ibama, localizado no interior da Flona.

4.3. CARACTERIZAÇÃO E DETALHAMENTO DA SÉRIE HISTÓRICA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DA FLONA MÁRIO XAVIER DESTINADOS PARA INVESTIMENTOS E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Com relação às atividades “fim”, estas também são executadas pela unidade gestora, em programa específico, no SIAFI, com recursos enviados pela Coordenação Geral de Florestas Nacionais, ligada a Diretoria de Florestas do Ibama, para a gestão da Flona. É prerrogativa da chefia a indicação da natureza das despesas em concordância com os recursos disponíveis, por atividade, distribuídos nas fontes do tesouro e nos elementos de despesas.

Encontram-se inseridas nessa modalidade aquelas despesas destinadas ao manejo de recursos naturais renováveis, ou seja, coleta e beneficiamento de sementes, manejo florestal, construção e manutenção de cercas, manutenção de estradas, aceiros, atividades de proteção ambiental, pesquisa, uso público, educação ambiental, aquisição de equipamentos, dentre outras.

Embora exista o Plano Operacional Anual, elaborado no início de cada exercício, sendo uma espécie de planejamento orçamentário, a liberação dos recursos é feita de acordo com a disponibilidade orçamentária do Ibama/DIREF (Diretoria de Florestas)/CGFLO (Coordenadoria Geral de Florestas Nacionais), o que nem sempre é suficiente, tornando o Poa defasado, impedindo a realização de atividades importantes e por tanto necessárias ao desenvolvimento da UC.

Em seguida é caracterizado o histórico financeiro relativo aos últimos cinco anos da Flona Mário Xavier conforme é exposto na tabela nº 01.

Tabela nº 01 - Liberação financeira anual para a atividade de manejo de recursos naturais renováveis.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Liberado (R\$)	23.841,00	62.200,00	20.000,00	58.700,00	22.400,00

Fontes: Relatórios trimestrais referentes aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

Observa-se que os valores totais por ano, da linha “Liberado”, relativos a quantia monetária liberada para a Flona Mário Xavier, pelo Ibama, são baixos considerando sua extensão territorial, edificações, pressão antrópica, ameaças e demandas sócio ambientais.

A Flona Mário Xavier não obteve recursos externos. Pode-se também considerar o fato de que não foram viabilizados projetos de captação de recursos para a Flona Mário Xavier, justamente devido ao grande volume de investimentos que seriam necessários, e a se considerar que durante o período analisado a unidade não contou com a contratação de

segurança patrimonial para preservação de materiais advindos de possíveis captações, o que inviabilizaria a implementação das ações decorrentes.

No caso dos recursos liberados, considerados escassos, foram utilizados na execução de outras despesas necessárias para a sustentação financeira básica da UC. Assim, os recursos destinados às atividades “fim” têm sido emergencialmente empregados nas atividades “meio”.

Assim, pode-se analisar os anos estudados, detalhado-os por elemento de despesa, através das tabelas abaixo numeradas de 02 a 06.

Tabela nº 02 – Detalhamento da execução orçamentária, liberada e executada por elemento de despesa e seus respectivos saldos, relativa ao ano de 2002.

Ano: 2002 e valores em R\$				
Elemento de despesa		Liberado	Executado	Saldo
33.90.14	Diárias	1.500,00	1.484,76	15,24
33.90.30	Material de consumo	19.241,00	18.443,73	797,27
33.90.33	Passagem	1.000,00	586,00	414,00
33.90.39	Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	2.100,00	1.800,00	300,00
TOTAL		23.841,00	22.314,49	1.526,51

Fonte: Relatório trimestral referente ao ano de 2002. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

Tabela nº 03 – Detalhamento da execução orçamentária, liberada e executada por elemento de despesa e seus respectivos saldos, relativa ao ano de 2003.

Ano: 2003 e valores em R\$				
Elemento de despesa		Liberado	Executado	Saldo
33.90.14	Diárias	4.800,00	4.426,10	373,90
33.90.30	Material de consumo	13.200,00	13.200,00	0,00
33.90.33	Passagem	2.000,00	817,18	1.182,82
33.90.39	Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	12.200,00	5.300,00	6.900,00
44.90.52	Equipamentos	30.000,00	28.729,44	1.270,56
TOTAL		62.200,00	52.472,72	9.727,28

Fonte: Relatório trimestral referente ao ano de 2003. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

Tabela nº 04 – Detalhamento da execução orçamentária, liberada e executada por elemento de despesa e seus respectivos saldos, relativa ao ano de 2004.

Ano: 2004 e valores em R\$				
Elemento de despesa		Liberado	Executado	Saldo
33.90.14	Diárias	2.500,00	2.395,31	104,69
33.90.30	Material de consumo	3.000,00	3.000,00	2.500,00
33.90.33	Passagem	3.000,00	1.537,73	1.462,27
33.90.36	Outros serviços terceiros – pessoa física	2.400,00	315,04	84,96
33.90.39	Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	8.500,00	4.706,81	3.793,19
33.90.47	Obrigações patronais	600,00	0,00	100,00
TOTAL		20.000,00	11.954,89	8.045,11

Fonte: Relatório trimestral referente ao ano de 2004. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

OBS. Foram transferidos dos elementos 33.90.69 e 33.90.47 os valores 2.000,00 e 500,00 respectivamente para 33.90.30.

Tabela nº 05 – Detalhamento da execução orçamentária, liberada e executada por elemento de despesa e seus respectivos saldos, relativa ao ano de 2005.

Ano: 2005 e valores em R\$				
Elemento de despesa		Liberado	Executado	Saldo
33.90.14	Diárias	2.000,00	2.000,00	0,00
33.90.30	Material de consumo	6.000,00	6.000,00	0,00
33.90.33	Passagem	2.700,00	0,00	0,00
33.90.39	Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	18.000,00	17.209,96	3.490,04
40.90.51	Obras e instalações	20.000,00	14.850,00	5.150,00
40.90.52	Equipamentos	10.000,00	0,00	10.000,00
TOTAL		58.700,00	40.059,96	18.640,04

Fonte: Relatório trimestral referente ao ano de 2005. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

OBS. Foram transferidos recursos do elemento 33.90.33 para o 33.90.39, no valor de 2.700,00 e 5.500,00 do elemento 44.90.52 para a Gerência Executiva/RJ.

Tabela nº 06 – Detalhamento da execução orçamentária, liberada e executada por elemento de despesa e seus respectivos saldos, relativa ao ano de 2006.

Ano: 2006 e valores em R\$				
Elemento de despesa		Liberado	Executado	Saldo
33.90.14	Diárias	500,00	500,00	0,00
33.90.30	Material de consumo	7.000,00	4.400,72	2.599,28
33.90.39	Outros serviços terceiros – pessoa jurídica	14.900,00	11.860,00	3.040,00
TOTAL		22.400,00	16.760,72	5.639,28

Fonte: Relatório trimestral referente ao ano de 2006. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

Com o auxílio do Gráfico nº 02 abaixo, percebe-se uma certa sazonalidade nos valores executados, o que não permite, em primeira mão, uma análise de tendência, mesmo porque informações disponíveis na unidade apontam para um teto orçamentário de R\$ 25.000,00 para o ano de 2007 (atividade “fim”).

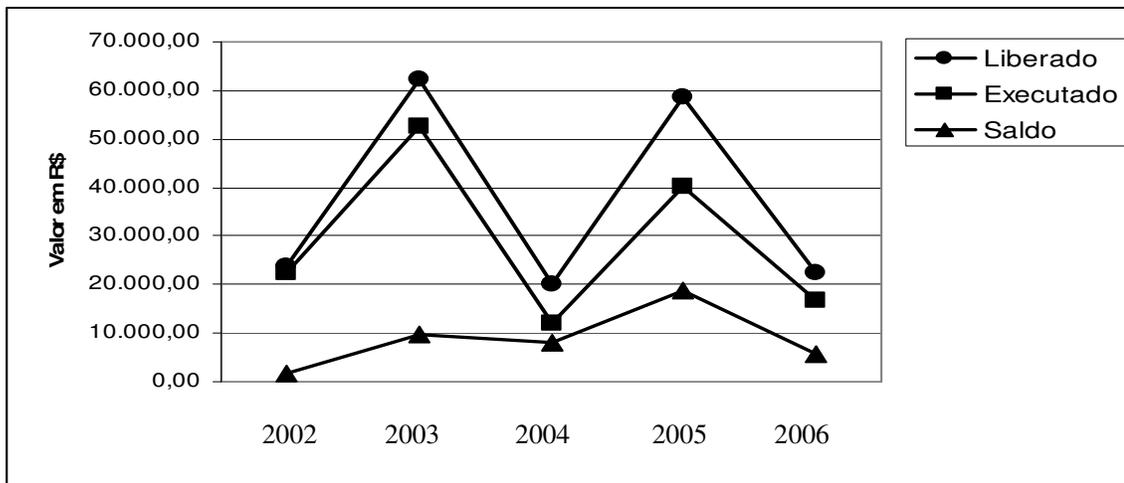


Gráfico nº 02 - Disponibilidade financeira, sua execução e o saldo gerado durante o período compreendido entre os anos de 2002 a 2006.

Fontes: Relatórios trimestrais referentes aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

No que se refere à execução das despesas de fato, existem determinadas ocorrências que devido a contratempos burocráticos - situações em que determinados recursos são liberados com prazos incompatíveis com o fechamento de ano fiscal ou ainda remanejamentos efetuados por instâncias superiores que priorizam outras atividades realocando determinadas quantias em outros programas - fazem com que nem sempre o que é liberado é completamente executado. É possível visualizar esse fato principalmente a partir de 2003, onde são geradas quantias em saldos relevantes.

4.4. DETALHAMENTO DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA FLONA MÁRIO XAVIER

Estudos realizados pela equipe técnica da Flona quantificaram as necessidades atuais da unidade, por meio de um elenco de programas e projetos estruturantes, que resultaram no Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier, que está explicitado na tabela nº 07.

Tabela nº 07 – Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier e recursos necessários para sua implantação.

PROGRAMAS E PROJETOS	VALOR (R\$)
1 - Reestruturação organizacional	-
2 - Elaboração do plano de manejo e do conselho consultivo	125.000,00
3 - Infra-estrutura física - SUBTOTAL	2.253.000,00
3.1 - Recuperação das edificações	1.200.000,00
3.2 - Construção do pórtico	45.000,00
3.3 - Recuperação e pavimentação de vias	120.000,00
3.4 - Iluminação e cabos subterrâneo	160.000,00
3.5 - Implantação de sistema de telefonia	16.000,00
3.6 - Aquisição de equipamentos de uso comum	400.000,00
3.7 - Manutenção espacial e incêndios*	312.000,00
4 - Zoneamento e monitoramento ambiental*	80.000,00
5 - Implantação do centro de capacitação em viveiristas florestais*	254.000,00
6 - Implantação do centro de capacitação em colheita e transporte e beneficiamento de produtos florestais*	504.000,00
7 - Implantação do centro de educação ambiental e de visitaçãõ*	425.250,00
8 - Implantação de centro de irradiação de florestamento, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas	-
9 - Sinalização vertical e horizontal da unidade*	40.000,00
10 - Segurança interna*	290.000,00
11 - Pesquisa e uso público e divulgação	-
12 - Florestamento, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas	-
13 - Implantação de pomares de sementes florestais/jardim clonal	-
TOTAL	3.971.250,00

Fonte: Plano de Revitalização da Floresta Nacional Mário Xavier, Ibama 2006.

(*) Valores relativos ao primeiro ano.

Obs. Programas e projetos sem quantificação financeira são decorrentes de outros considerados estruturantes.

Foram identificados 13 programas e 7 projetos, que necessitam de investimentos para o primeiro ano e que dependem de sustentação financeira para os anos seguintes.

Os programas e projetos acima demonstram as reais atividades “meio” e “fim” que deveriam receber os devidos investimentos para serem concretizadas. Essas atividades representam a ligação da Flona com a sociedade, através da criação de centros de capacitação em diversas áreas e viabilizando a implantação de um sistema de segurança que possibilitará uma visitação qualitativamente melhor dos usuários no contato com o meio ambiente saudável que a Flona pode oferecer.

A importância de se cumprir as metas do Plano de Revitalização é trazer maior notoriedade ao local visto que a Floresta Nacional Mário Xavier é a única Floresta Nacional instituída no Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 1996). Conseqüentemente essa notoriedade trará benefícios como aumento da produção científica, maior preservação das áreas florestadas nativas ou não, incremento nos serviços ambientais e conseqüentemente a adoção de novas parcerias.

4.5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E A POSSÍVEL SITUAÇÃO IDEAL BASEADA NO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA FLONA MÁRIO XAVIER

A tabela número 08 está relacionando as despesas executadas no ano de 2006 com o necessário para a otimização da gestão da Flona Mário Xavier de acordo com o Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier.

Tabela nº 08 – Execução financeira relativa ao ano de 2006 comparada com a necessidade ideal e seu respectivo déficit, de acordo com o Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier.

Discriminação	Valores em R\$
Executado no ano 2006	16.759,72
Orçamento ideal a partir do Plano de Revitalização	3.971.250,00
Déficit do executado no ano 2006 em relação ao Plano de Revitalização	3.954.490,28

Fontes: Relatório trimestral referente ao ano de 2006. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

Plano de Revitalização da Floresta Nacional Mário Xavier, Ibama 2006.

Já na tabela número 09, são relacionadas a média das execuções de despesas dos anos em estudo com o necessário para a otimização da gestão da Flona Mário Xavier de acordo com o Plano de Revitalização.

Tabela nº 09 – Média das execuções anuais comparada com a necessidade real e seu respectivo déficit, de acordo com o Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier.

Discriminação	Valores em R\$
Média anual das execuções de 2002 a 2006	22.313,49
Orçamento ideal a partir do Plano de Revitalização	3.971.250,00
Déficit da média das execuções em relação ao Plano de Revitalização	3.948.936,51

Fontes: Relatórios trimestrais referentes aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006. Ibama, Floresta Nacional Mário Xavier.

Plano de Revitalização da Floresta Nacional Mário Xavier, Ibama 2006.

Em ambas as tabelas nota-se que o déficit está muito distante do que realmente a Flona recebe para manter sua sustentabilidade.

Há de se observar que parte do atendimento às reais necessidades da UC, pode e será advinda a partir de gestões junto a Câmara de Compensação Ambiental do Ibama, que opera

alocando recursos financeiros como resultado dos pagamentos efetuados pelos empreendimentos que impactam direta ou indiretamente a Flona.

Esforços nesse sentido já foram envidados pela chefia da unidade a partir de um cadastramento de todos os empreendimentos ambientalmente impactantes, que se encontram na área de entorno da área de estudo e envio das informações para a CGFLO que se incumbem do encaminhamento a DIREF e posteriormente a Câmara de Compensação Ambiental.

Com o advento da contratação de segurança patrimonial, poderão ser alavancados projetos para captação de recursos, junto a diversas entidades financiadoras, de forma isolada ou mesmo inter-institucionalmente. De forma a complementar as necessidades da unidade.

5. CONCLUSÕES

Os recursos financeiros oriundos do Governo Federal que são repassados até chegarem a Flona Mário Xavier, mesmo sendo previamente planejados, através do Plano Operacional Anual, são insuficientes para custear todas as atividades da Flona.

Embora as atividades “meio” (luz, água, telefone e combustíveis) sejam pagas pela unidade gestora, o Parque Nacional do Itatiaia, a receita da Flona não é suficiente para custear as atividades “fim” (despesas destinadas ao manejo de recursos naturais renováveis) e nem para realização de novos investimentos, assim os recursos destinados às atividades “fim” são alocados no custeio das atividades “meio”.

Com a comparação entre o Plano de Revitalização da Flona Mário Xavier, já elaborado pela equipe técnica da unidade, e a situação financeira dos anos estudados pode-se notar o grande déficit que há entre a receita recebida e o que é necessário para ela ser operada com eficiência total.

Com o exposto neste artigo nota-se que a Flona Mário Xavier não possui características de pleno funcionamento tendo como principal problema a falta de investimentos financeiros e alocação inadequada de recursos, conseqüentemente ocorre falta de segurança, pessoal, equipamentos e obras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALMFORD, A.; GASTON, K. J.; BLYTH, S.; JAMES, A. & KAPOV, V. “Global variation in terrestrial conservation costs, conservation benefits, and unmet conservation needs”. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America 100, 2003. p. 1046-1050.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 19.7.2000. Seq. 1.

IBAMA. Unidades de Conservação Federais em Santa Catarina. Florianópolis: IBAMA (SUPES/SC), Núcleo de Educação Ambiental.

KELECOM, A.; BERNARDO, C. Análise crítica da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei 9.985/2000. Mundo & Vida, Niterói - RJ, v. 5, n. 1, 2004. p.41-52.

MILLER, K. R. Evolução do Conceito de Áreas de Proteção – Oportunidade para o Século XXI. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba: IAP, UNILIVRE, v.I, 1997. p. 3-21.

MMA. Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Brasil. Brasília, 1998.

NOGUEIRA, J. M.; SALGADO, G. S. M.; NASCIMENTO JUNIOR, A. Plano de negócio, unidades de conservação e diversidade biológica: lógica empresarial como alternativa de gestão ambiental? In: VIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2005, Rio de Janeiro. Anais VIII ENGEMA, 2005. v. 2 p. 125-137.

PALADINO DeLIMA, J. C.; SANTOS L. A. F Floresta Nacional Mário Xavier, uma proposta de planejamento e gestão ambiental – Justificativa. REVISTA FLORESTA E AMBIENTE. RJ: Edil, vol.5 (1), 1998. p. 216-218.

PIMM, S. L.; RUSSELL, G. J.; GITTLEMAN, J. L. & BROOKS, T. M. “The Future of Biodiversity”. Science Vol. 269, 347-350, 1995. In RODRIGUES, A. S. et al. Análise Global de lacunas de conservação. IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 2004.

QUEIROZ, F. A; SILVA, L. M. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e a participação popular – A Lei nº 9985/2000. In: 8º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública: Instrumentos de proteção do meio ambiente e do Enário, 2004, Foz do Iguaçu – Paraná, 2004.

SILVA, L. L. Ecologia: Manejo de Áreas Silvestres. Rio Grande do Sul: MMA, FNMA, FATEC. 1996. 352p.